

RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.018 - SP (2016/0277130-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : EDINEIA RODRIGUES BENEGAS - ME
ADVOGADOS : MARCELO ROBERTO DE MESQUITA CAMPAGNOLO -
SP207203
VANESSA CUCOMO GALERA SCHLICKMANN - SP261486
PATRICIA REGINA CUSTÓDIO DIAS E OUTRO(S) - SP232837
RECORRIDO : GIUSEPPE COLLOCA - ESPÓLIO
REPR. POR : NICOLA COLLOCA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : AMANDA DE ALMEIDA NOGUEIRA COLLOCA - SP249271

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pelo **EDINEIA RODRIGUES BENEGAS - ME**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 107, e-STJ):

Apelação Cível. Embargos à execução. Ação de execução de título extrajudicial. Sentença de procedência, julgando extinta a execução. Inconformismo da exequente, ora embargada. Feito executivo que carece de pressuposto para a sua constituição e desenvolvimento válidos e regulares. Ausência das vias originais dos títulos executivos. Vício sanável até a estabilização da demanda, que se dá com a citação e ou oposição de embargos. Originais, contudo, juntados apenas nos presentes embargos à execução. Extinção mantida, por fundamento diverso. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 122/127, e-STJ).

Na origem, a demanda versa sobre embargos à execução visando extinguir a execução. O Juízo de piso julgou procedente para extinguir a execução, sob o fundamento de que o aval prestado pelo *de cujus* estaria eivado de vícios. O Tribunal de origem manteve a extinção, mas por fundamento diverso, qual seja, a intempestividade da juntada dos documentos originais que deveriam instruir a execução.

Em suas razões de recurso especial, a Recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 385, 535, II e 616 do CPC/73. Sustenta, em síntese: **(i)** restou caracterizada negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre os seguintes pontos: necessidade de intimação para emenda da inicial; desnecessidade de juntada da via original do título; e o saneamento do vício apontado mediante a juntada do título original; **(ii)** a juntada da via original do título deveria ser aceita como efetiva para regularização do feito; e **(iii)** é possível a juntada da cópia do título executivo para instruir a execução.

Sem contrarrazões (fl. 163, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 164/166, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **merece prosperar**.

1. Em sede de recurso de apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da recorrente, tendo em vista que a juntada dos documentos originais que deveriam instruir a execução se deu de forma extemporânea .

Opostos embargos de declaração pela agravante, ora recorrente, a Corte *a quo* rejeitou os aclaratórios (fls. 122/127, e-STJ), entendendo que os embargos foram opostos com caráter infringente, tendo o acórdão impugnado sido devidamente fundamentado, não se ressentindo de obscuridade, contradição ou omissão, consignando, tão somente, que *"As questões apontadas pela embargante, relativas à preclusão da oportunidade de juntar a via original do título executivo, já receberam tratamento e valoração, tudo estando bem exposto, a não haver possibilidade de, pelo 110 estratégia do combate ora adotado, desconstruir a interpretação dada em solução."* (fl. 126, e-STJ), sem, contudo, manifestar-se acerca da alegação de que **"Ocorre, porém, que o v. acórdão deixou de observar que a embargante jamais foi intimada para emendar a inicial com o objetivo de suprir a falta do documento, como preconiza o artigo 616 do CPC."** (fl. 115, e-STJ).

Nesses termos, evidencia-se a violação ao art. 535, II, do CPC/73 (art. 1022, II, do CPC/15), como alegado pela recorrente.

Nesse sentido, confira-se:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES IMPORTANTES AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA CARENTES DE APRECIÇÃO. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Manutenção da decisão agravada, a qual, reconsiderando o decisor anterior, determinou o retorno dos autos à Corte de origem, para que haja efetiva emissão de juízo de valor acerca dos argumentos expendidos pelo ora agravado na apelação e nos embargos declaratórios.

2. Não se quer, com isso, dizer que as questões argüidas serão acolhidas, muito menos que serão rejeitadas, o intuito do retorno dos autos é conferir às partes uma prestação jurisdicional completa e fundamentada.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no Ag 869.343/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 04/10/2011)

Ainda:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO QUE APENAS FAZEM ALUSÃO AO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC.

1. O art. 512 do CPC estabelece que "o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso". Por isso não pode o relator, ao apreciar os embargos infringentes, apenas fazer referência aos fundamentos lançados na apelação, notadamente se esta foi provida e a sentença totalmente reformada, desprezando, por completo, as razões recursais expendidas nos embargos infringentes e as considerações acerca do voto divergente.

2. Os recursos de apelação e de embargos infringentes ostentam faixas de devolutividade diversas. Enquanto o primeiro possui efeito devolutivo amplo,

o segundo está adstrito aos limites do voto vencido, balizado sempre pela impugnação realizada pelo embargante, o que inviabiliza a mera alusão aos fundamentos do voto vencedor, proferido na apelação.

3. Nestes termos, é nulo o acórdão dos embargos infringentes, por ausência de fundamentação, quando apenas se reporta às razões do acórdão proferido na apelação.

4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 685.384/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 26/10/2009)

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para cassar a decisão proferida em sede de embargos de declaração, determinando que outra seja proferida, sanando-se as omissões apontadas, restando prejudicada a análise das demais questões suscitadas nas razões recursais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator